

OMNIA

SAÚDE

Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI)
www.fai.com.br

MOREIRA, Daiane Alves. Relato de uma intervenção realizada junto a um centro de convivência da criança e do adolescente. *Omnia Saúde*, v.8, supl., p.12-30, 2011.

ISSN versão Online 2236-188X
ISSN versão Impressa 1806-6763

RELATO DE UMA INTERVENÇÃO REALIZADA JUNTO A UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

REPORT OF A INTERVENTION HELD TOGETHER FOR A LIVING CENTERS CHILD AND ADOLESCENT

Daiane Alves Moreira

Psicóloga (UNOESTE)
Especialista em Psicologia da Saúde (FAI)

RESUMO

O artigo tem por objetivo descrever as ações de uma profissional da psicologia, realizada junto a um Projeto do Centro de Convivência da Criança e do Adolescente, em um Município do interior de São Paulo, por meio de Análise Institucional, levando ao leitor uma reflexão sobre uma área da Política Social, que possibilita a atenção a famílias em situação de vulnerabilidade social, com foco em crianças e adolescentes. O artigo também busca discutir a importância das Políticas Sociais e do trabalho realizado pelos profissionais envolvidos na educação de crianças e adolescentes inseridos em projetos sociais e a necessidade de um processo de orientação e capacitação contínua de tais profissionais.

Palavras-chaves: Políticas Sociais; Família; Vulnerabilidade Social; Crianças e adolescentes.

ABSTRACT

This article aims to describe the psychology's professional actions, carried out with a Community Center Project of Children and Adolescents, in a city of São Paulo, , through Institutional Analysis, leading the reader a reflection on an area of social policy, allowing attention to families in situations of social vulnerability, focusing on children and adolescents. The article also discusses the importance of social policies and the work of the professionals involved in the education of children and adolescents placed in social projects and the need for process orientation and continuous training of these professionals.

Keywords: Social Policies; Family; Social Vulnerability; Children and Adolescents.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado das atividades interventivas exigidas para a conclusão do curso de Pós-Graduação lato sensu em Psicologia da Saúde das Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI). Foi realizado em um Centro de Convivência da Criança e do Adolescente de um município do Oeste Paulista. O trabalho foi realizado entre o segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014.

Neste artigo, discutiu-se as reuniões interventivas de orientações realizadas com os colaboradores do serviço. Para tanto, faz-se necessário trazer reflexões acerca da importância de oferecer capacitação e apoio para os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes, levando-se em consideração a relevância e implicação de seus trabalhos no desenvolvimento físico e psíquico deste público que está em constante transformação.

O presente trabalho traz questões referentes ao novo modelo de família e de cuidado das crianças, o que dá um novo papel aos cuidadores em projetos socioeducativos, que acabam por realizar grande parte da educação dos menores.

Durante as práticas realizadas efetuou-se um levantamento de dados de natureza qualitativa, por meio de uma análise institucional, que trouxeram uma vasta gama de informações. Para ser possível essa proposta foi realizada uma pesquisa bibliográfica que fundamentou e norteou o trabalho.

Como forma de introduzir o leitor na discussão será apresentada uma breve contextualização sobre a história dos programas sociais e a família inserida neste meio. Posteriormente, será analisado o suporte teórico juntamente com as intervenções realizadas na instituição, buscando resgatar a importância dos profissionais neste contexto.

Uma breve contextualização sobre os programas sociais

Oliveira e Filho (2008) trazem uma contextualização sobre o início dos auxílios financeiros à população em situação de vulnerabilidade social, buscando levantar, a princípio, relatos referentes ao Sul da Inglaterra de 1795. Foi implantada neste período uma lei de proteção ao trabalhador agrícola, devido a uma série de más colheitas, um aumento da população e as guerras napoleônicas, que impediram a importação de trigo da Europa. Com isso, houve uma escassez de alimentos e aumento da pobreza em toda Inglaterra. Para evitar as revoltas da pobreza foi criada a “lei dos pobres”, que complementava os baixíssimos salários pagos.

Com a mesma finalidade, nos Estados Unidos, durante os anos 60, surge o Imposto de Renda Negativa, que fixava um nível mínimo de renda para que as famílias que não a atingissem pudessem complementar sua renda mensal com auxílios cedidos pelo governo, como os “vale-comidas” e ajuda financeira a pais de baixa renda com filhos, período conhecido como a “Guerra contra a Pobreza” (OLIVEIRA e FILHO, 2005).

Já no Brasil, as questões sociais começaram com o fim da escravidão e o início do capitalismo, quando o trabalho passa a ser tido como mercadoria e os operários precisam sobreviver através da sua força de trabalho, perdendo seu vínculo rural, aproximadamente, no início do século XIX. Ainda neste período, a economia sofreu grandes transformações, causadas pela abertura da economia e do comércio de capitais, queda da taxa de inflação e redução da participação do

estado na economia, causando uma crise profunda no crescimento econômico e no mercado de trabalho (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983).

A partir daí, por meio de um projeto de lei aprovado em 2001, o Programa Bolsa Família, discute-se o apoio às famílias em situação de pobreza, garantindo direitos básicos como educação e alimentação. Para que este direito seja efetivado, as crianças precisam frequentar a escola e as famílias devem ser acompanhadas pelos órgãos de saúde (OLIVEIRA e FILHO, 2005).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2006) a gestão do Programa Bolsa Família foi instituída pela Lei 10.836 de 2004 e regulamentada pelo Decreto nº 5.209 de 2004 que apresenta este programa como:

“(...) transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos” (BRASIL, 2006).

Com o passar dos anos, novos programas foram criados a fim de fazer valer os direitos de igualdade descritos na lei. Segundo Kassouf et al. (2004), muitas ações sociais foram conquistadas com a finalidade de subsidiar a população em situação de vulnerabilidade social. Programas sociais governamentais e não governamentais foram sendo executados, tanto para a população urbana, quanto para a rural, buscando melhorar os indicadores educacionais e sociais por meio da erradicação da pobreza, melhoria da distribuição de renda, atendimento da população em situação de risco, oferecendo subsídios para uma melhor infraestrutura e qualidade de vida das famílias.

Em meados dos anos 80 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscou garantir a educação de crianças de 0 a 6 anos de idade, possibilitando que a mulher se insira ao mercado de trabalho com maior segurança a seus filhos (KAPPEL et al. 2001, p.36). Dados do censo do IBGE/PNAD retirados do Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015, apontam que o atendimento escolar da população de 0 a 5 anos cresceu de 27,1% para 43,5% e “na Educação Primária Universal, correspondente ao Ensino Fundamental (6 a 14 anos) a taxa de frequência passou de 95,3% (2001) para 98,2% (2002)” (BRASIL, 2014 p.12). Kappel (2001, p.46) destaca ainda em sua pesquisa sobre o Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas, que “quanto maior a renda, maior a frequência a creches, pré-escolas ou escolas, o que significa que este é ainda um serviço que beneficia mais as famílias de nível socioeconômico mais elevado”.

Desta forma, os Benefícios Assistenciais têm buscado integrar a política de assistência social e objetivando garantir os direitos da população carente em diversos níveis (BRASIL, 2006) uma vez que esta população se encontra em situação de vulnerabilidade social, estabelecendo assim na Constituição Brasileira de 1988 que:

“Artigo 04: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Tais benefícios inseridos no âmbito da Assistência Social se dividem em duas modalidades: Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais.

Além dos Benefícios Assistenciais encontramos os Programas de Transferência de Renda, sendo eles, o Programa Bolsa Família, Ação Jovem e Renda Cidadã, que buscam melhoria na qualidade de vida da família dos beneficiários.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2006) destaca a importância do acesso à assistência social às famílias em situação de vulnerabilidade, previsto no Sistema Único de Assistência Social (Suas), que objetiva a prevenção das situações de vulnerabilidade e risco por meio de trabalhos de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

“Segundo as Normas Operacionais Básicas do Sistema de Assistência Social, a vulnerabilidade social é decorrente da pobreza, da privação (entendida como ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentro outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, sem eles relacionais ou de pertencimento social [...] Pode-se afirmar que a vulnerabilidade diz respeito mais à condição concreta (nível socioeconômico, classificação racial, diferenciação de gênero, etc.)[...] (2005 apud TAVARES, 2014 p.451).

Segundo Yunes e Szymanski (2001 apud JANCZURA, 2012 p.302) “existe uma relação entre vulnerabilidade e risco: “a vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, vulnerabilidade não tem efeito””. A autora destaca que “[...] risco não pode ser identificado como vulnerabilidade, embora se possa estabelecer uma relação estreita entre eles. O primeiro conceito se refere à situação de grupos, e o segundo deve ser usado para a situação fragilizada de indivíduos” (p.307). Para Janczura (2012, p.302):

“A palavra vulnerável origina-se do verbo latim *vulnerare*, que significa ferir, penetrar. Por essas raízes etimológicas, vulnerabilidade é um termo geralmente usado na referência de predisposição a desordens ou de susceptibilidade ao estresse”.

As situações de risco pessoais e sociais se descrevem como violações de direitos como: violência física e psicológica, abuso ou exploração sexual, trabalho infantil, negligência, abandono, atos infracionais, entre outros (BRASIL, 2011). Com o passar dos anos obtivemos avanços significativos no que se refere ao combate do trabalho infantil, e uma desses meios foram os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, que visam oferecer segurança e proteção a esse público (BRASIL, 2010).

A Política Nacional de Assistência Social, em sua proteção básica e especial, busca “defender os direitos socioassistenciais e a vigilância social” (2004 apud TAVARES, 2014 p. 451). Partindo do pressuposto que:

“[...]para administrar essa população, é necessária, entre outras coisas, uma política de saúde capaz de diminuir a mortalidade infantil, de prevenir as epidemias e de fazer baixar a taxa de endemia, de intervir nas condições de vida, para modificá-las e impor-lhes normas (quer se trate de alimentação, de hábitat ou de urbanização das cidades) e proporcionar equipamentos médicos suficientes. O desenvolvimento a partir da segunda metade do século XVIII do que foi chamado *Medezinische Polizei*, *hygiene publique*, *social medicine*, deve ser inscrito no marco geral de uma biopolítica” (FOUCAULT, 2008, p. 494 apud TAVARES, 2014 p.451).

Neste sentido criou-se com o tempo programas nas diversas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer, buscando não apenas fazer valer os direitos da população, mas também objetivando a vigilância e a correção de comportamentos. Um dos programas do qual queremos destacar é especificamente o trabalho de Proteção Básica ofertada pelo CRAS e Proteção Especial ofertado pelo CREAS, que oferece serviços, programas e

projetos de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

“O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF” (BRASIL, 2009 p.09)

O CRAS como porta de entrada, busca trabalhar com os meios de prevenção de ocorrências de vulnerabilidades e riscos sociais, potencializando e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2009). O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) também visa o fortalecimento das potencialidades e dos vínculos constituídos pelos indivíduos, mas aqui busca-se a reconstrução de tais vínculos, para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, uma vez que seus direitos foram violados por diversos motivos (BRASIL, 2011). Unindo-se nesta perspectiva de trabalho o CRAS enquanto proteção básica e o CREAS como proteção especial, se unem para previr ou para resgatar as crianças e adolescentes que se encontram em tais situações, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes que:

“Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social” (BRASIL, 2009 p.10).

Como podemos observar, a cada ano a sociedade tem desenvolvido seu papel de forma mais ativa dentro da estrutura familiar, auxiliando seus membros após as grandes modificações causadas pela Revolução Industrial. Como uma das principais alterações podemos citar o fato das mulheres saírem de casa para trabalhar, deixando seus filhos com outros familiares ou muitas vezes sozinhos em situações de vulnerabilidade social. Nestes termos, atualmente, a escola e os programas sociais possuem o objetivo do desenvolvimento integral, por meio das ações socioeducativas que complementam o trabalho escolar como uma forma de se realizar um controle social, gerindo os riscos vivenciados por esta população. Cabe, então, mencionar agora as mudanças e necessidades da família na sociedade contemporânea e as modificações que foram ocorrendo com o passar dos anos.

A família, a educação e a sociedade

A família sempre foi composta por uma complexa rede de interações envolvendo aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais, que não podem ser definidos apenas por laços consanguíneos, mas pelo significado que se estabelece nas relações. A concepção científica aponta que o que constitui a base das relações familiares são o conjunto das variáveis biológicas, sociais, culturais e históricas, fazendo parte também o grau de intimidade nas relações, as formas de moradia e o compartilhamento de renda (PETZOLD, 1996 apud DESSEN e POLONIA, 2007).

Atualmente, pode-se ver que a família não é mais o único meio pelo qual a criança aprende e se desenvolve, pois, a escola e os projetos sociais vêm trazendo uma abertura a estas novas formas de socialização e aquisição do conhecimento. Dias (2004) destaca que “a criança é uma tabula rasa, cujo preenchimento depende do conhecimento dos adultos” (p.260-261), necessitando não apenas dos cuidados básicos realizados pela família, mas de profissionais capazes de serem agentes de mudanças em sua primeira infância.

Segundo Szymanski (2001, apud DESSEN e POLONIA, 2007) a escola traz um saber culturalmente organizado e se difere da família quanto aos seus objetivos, conteúdos, métodos e questões interligadas à afetividade.

“Na escola, as crianças investem seu tempo e se envolvem em atividades diferenciadas ligadas às tarefas formais (pesquisa, leitura dirigida) e aos informais de aprendizagem (hora do recreio, excursões, atividades de lazer). Contudo, neste ambiente, o atendimento às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais é realizado de maneira mais estruturada e pedagógica do que no de casa. As práticas educativas escolares têm também um cunho eminentemente social, uma vez que permitem a ampliação e inserção dos indivíduos como cidadãos e protagonistas da história e da sociedade. A educação em seu sentido amplo torna-se um instrumento importantíssimo para enfrentar os desafios do mundo globalizado e tecnológico” (DESSSEN e POLONIA, 2007 p.29).

Segundo Silveira (2010) a educação vai além do desenvolvimento individual, ela proporciona uma construção social, “pois a formação de cada cidadão contribui para o desenvolvimento econômico, político e social de toda a sociedade” (p.235). Desde o século XIX, na Inglaterra, a sociedade vivencia esta realidade como uma obrigação gratuita e um direito de todo o cidadão em seu território (Marshall 1967 apud SILVEIRA, 2010), pois entende-se que a educação “é peça chave na montagem jurídica de filiação simbólica que toda sociedade precisa para ser, existir e conviver [...]” (LEGENDRE, 1994 apud SAMPAIO et al. 2002, p.02) Sampaio et al. (2002) trás uma concepção de educação como meio de construção de vida, experimentação, possibilidade de ser alimentado e crescer. E é partindo destes amplos espectros que os projetos socioeducativos tem se desdobrado na vida de seus membros, ou seja, trazendo aos menores desenvolvimento social, político e educacional na formação dos cidadãos e sendo responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. As políticas públicas podem se configurar como desencadeadores de processos evolutivos ou inibidores ao crescimento físico, intelectual, emocional e social (REGO, 2003 apud DESSEN e POLONIA, 2007).

As práticas socioeducativas, segundo Zucchetti (2010) são descritas como ações que complementam a escola em horários alternados, investindo no desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, por meio de atividades educacionais e de proteção social. Entende-se, portanto, segundo Carvalho e Azevedo (2004 apud ZUCCHETTI, 2010) que estas medidas são ações que permitem uma educação para o convívio em sociedade e para o exercício da cidadania, sendo também, uma estratégia de proteção à infância e à juventude. A autora também menciona que essas práticas servem como intervenções em sujeitos que, *a priori*, são definidos por ela como “seres em falta”, pois, vivem em ausência de condições adequadas de habitação, falta de cuidado por parte de familiares, histórias de evasão e o precário aproveitamento escolar, a presença da rua como espaço de sociabilidade (ZUCCHETTI, 2010).

Com o intuito de saírem das situações de vulnerabilidade social, muitas famílias solicitam ajuda das redes sociais de apoio, que oferecem amparo nas dificuldades decorrentes de transições do

desenvolvimento (DESSEN e BRAZ, 2005). Essas redes são consideradas excelentes produtoras de mudanças, que podem funcionar como aspectos propulsores ou inibidores do desenvolvimento, auxiliando na criação dos filhos. No entanto, a autora destaca que a principal rede de apoio se faz entre os próprios membros da família (DESSEN e POLONIA, 2007).

Embora estas ações sejam um meio de garantir o atendimento básico à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, não tira da família a principal responsabilidade pela educação dos filhos, mas faz-se necessário pensar que talvez o que tais famílias e instituições precisam é de um agente capaz de mediar tais situações, acolhendo as angústias vivenciadas pelas famílias e pelos profissionais, auxiliando-os nesse processo de educação social. Atualmente, o Centro de Referência da Assistência Social deve desenvolver o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), o qual será discutido mais detalhadamente a seguir, através de uma análise realizada em um Centro de Convivência de Crianças e Adolescentes.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, utilizou-se como meio de avaliação uma análise institucional pontuada por Lapassade (1977, apud GUIRADO, 2009 p. 325) “como meio de investigação da autogestão dos grupos nas organizações, um favorecedor da relação dos níveis institucionais, desconhecidos e determinantes do que se passa nesses grupos, sendo também um provocador das relações instituídas”. Tais dados foram coletados a partir de visitas e observações rotineiras, buscando interagir com os funcionários e crianças, através de conversas, reuniões, escuta terapêutica e oficinas quando se faziam necessárias. Macedo e Falcão (2005, p. 65) descrevem que a escuta para a psicanálise é um instrumento analítico de extrema importância, sendo a fala uma “demanda de um desejo de ser compreendido em sua dor, e a escuta as palavras que dão vias de acesso ao desconhecido que habita o paciente, o inconsciente”.

As oficinas foram realizadas procurando resgatar a importância de cada funcionário para as crianças e adolescentes presentes no Centro de Convivência da Criança e do Adolescente, independente da formação e da função exercida no projeto. Já, as reuniões aconteceram apenas quatro vezes, sendo interrompidas, primeiramente, pelas férias da instituição e, posteriormente, pela carência de mais funcionários, inviabilizando que fossem afastados de suas tarefas diárias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, destacamos que projetos como os oferecidos pela instituição abarcada neste artigo são fruto das lutas sociais enfrentadas pela classe trabalhadora, que deram origem aos direitos sociais no século XX, que se referem ao atendimento das necessidades humanas básicas, como alimentação, habitação, assistência, saúde e educação, ou seja, a garantia de um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, bem como, a inserção na herança e nos padrões sociais que prevalecem em seu contexto (MEZZARROBA et al. 2014).

Desta forma, as ações sociais trazem como um dos principais objetivos o auxílio às famílias no desenvolvimento integral de seus membros, proporcionando àquelas em situação de vulnerabilidade uma reinvenção de seu modelo tradicional. Por meio destas ações, busca-se oferecer um espaço capaz de dar apoio biopsicológico e sociofamiliar a crianças e adolescentes,

procurando o fortalecimento das relações pessoais, familiares e sociais. Com este mesmo intuito, o Centro de Convivência da Criança e do Adolescente vem, através de ações sociais, proporcionar um ambiente de proteção à criança e ao adolescente em horários complementares ao escolar, oferecendo atividades enriquecedoras a seu cotidiano.

Barbosa e Horn (2008) retratam o trabalho de projetos sociais através de uma perspectiva socioconstrutiva e sociointeracionista, apontando para uma perspectiva de pós-modernidade e para uma visão global dos problemas da educação. As autoras centram a aprendizagem em uma experiência coletiva, cooperativa, em que um elemento do grupo pode ir mais longe porque é sustentado pelos outros elementos desse mesmo grupo. Segundo Lordelo e Carvalho (2003) a estimulação de aprendizagem de crianças não se baseia em experiências concretas, como a oferta de materiais pedagógicos ou de habilidades que as crianças apresentam em determinadas situações, mas sim no contato como adulto que se torna disponível a relação afetiva com a criança:

“[...] a brincadeira aparece como um importante componente da educação infantil, mas como uma ferramenta para a aprendizagem; de fato, o item brincar é um tópico do item maior “aprendizagem”, e vem no mesmo nível que imitação, oposição, linguagem e imagem corporal; além disso, restringe-se à brincadeira de faz de conta, e a prioriza injustificadamente, ignorando inúmeras modalidades de brincadeiras que precedem o surgimento do jogo simbólico” (LORDELO e CARVALHO, 2003 p.18).

A instituição analisada atende crianças e adolescentes de seis anos de idade a quatorze anos incompletos. No ano de 2013 foram cadastrada uma média de 76 crianças, sendo 43 no período da manhã e 34 no período da tarde. Estas crianças eram divididas em três turmas de acordo com a idade e com o período, contendo 16 crianças na Turma A (6 à 8 anos de idade), 14 crianças na Turma B (9 à 11 anos de idade) e 13 adolescentes na Turma C (12 à 14 anos incompletos) no período da manhã. Na parte da tarde as crianças foram divididas em duas turmas, uma vez que a quantidade de crianças era menor, Turma D (6 à 10 anos de idade) com 18 crianças e na Turma E (11 à 14 anos incompletos) com 16 adolescentes. Com a mudança da coordenadora no ano de 2014 e a falta de funcionários as turmas tornaram-se uma, sendo distribuída de acordo com as aulas que aconteciam durante a semana. A quantidade de crianças no ano de 2014 foi de 74 crianças e adolescentes, sendo 20 crianças de 6 à 8 anos, 32 crianças de 9 à 11 anos e 22 adolescentes de 12 à 14 anos de idade.

No final do ano de 2013 haviam no local uma cozinheira, uma coordenadora, duas pedagogas auxiliando as crianças nas tarefas escolares, uma educadora, uma funcionária de serviços gerais contratada para auxiliar as crianças no transporte da casa ao projeto, do projeto a escola (esta funcionaria também ajudava nos horários de banho e de organização do local), mais duas funcionarias contratadas para serviços gerais que realizavam a limpeza do local, mas ajudavam nas atividades diárias com as crianças. Além destes profissionais o local contava com uma professora de educação física, uma estagiaria de pedagogia, um professor de capoeira e outro de karatê. No início do ano de 2014 foi contratada uma professora de artes e o professor de karatê foi dispensado por falta de adesão das crianças e adolescentes. Segundo os relatos dos funcionários haviam aulas de hip hop, mas não haviam recursos financeiros para uma nova contratação.

No mesmo prédio do Centro de Convivência são realizados de segunda e quarta-feira os trabalhos da Associação Amigos do Guri com aulas de violão, violino e bateria, e de terça-feira da Banda Marcial do Município, oferecendo a oportunidade para as crianças e adolescentes de frequentarem as aulas sem a necessidade de se locomoverem.

No início do trabalho procuramos mais informações sobre a história da instituição, o plano de planejamento anual, mas não conseguimos ter acesso ao mesmo. As funcionárias, em especial a coordenadora do ano de 2014 relatou que desconhecia os dados e até o momento não havia tido acesso.

O trabalho do profissional de psicologia veio para oferecer saúde e desenvolvimento aos funcionários desta instituição, mas ao nos depararmos com uma série de obstáculos para a concretização do projeto a ser realizado tivemos que repensar a ideia inicial, buscando primeiramente a realização de uma análise institucional, que objetiva “suscitar o aparecimento dos conflitos e contradições existentes no interior das instituições e dos grupos sociais, o que acontece mediante o questionamento das relações de poder e da consulta permanente sobre os caminhos que o grupo deseja trilhar” (MANSANO, 2003 p. 159).

Já no primeiro contato com a instituição foi possível observar a precariedade socioeconômica vivida pelos usuários e funcionários, faltando respaldo dos outros setores responsáveis pelo funcionamento do local. Além disso, presenciou-se uma significativa demanda afetiva por parte dos mesmos, que solicitavam frequentemente a atenção da psicóloga, seja por meio de pedidos explícitos de carinho ou mesmo por comportamentos agressivos, buscando chamar a atenção.

Durante o período de análise institucional, foi possível observar que o local se transformou em um “depósito de crianças”, onde muitos pais colocam seus filhos numa busca desesperada de não lidar com as exigências que uma criança e um adolescente demandam, devido à falta de recursos internos. Ao mesmo passo, os filhos também depositam no local suas projeções e transferem aos funcionários todos os tipos de emoções e conteúdos internos que foram construídos em sua relação familiar.

Ao entrarmos em contato com o órgão gestor responsável pelo funcionamento da instituição, percebemos que a inadequação do local não se restringia apenas à estruturação do prédio, mas englobava toda a organização que rege o local, tais como as normas funcionais relacionadas ao planejamento das ações, levantamento do histórico institucional, sua evolução, mudanças, desafios, demanda atendida, entre outros. Segundo a atual coordenadora não há critérios para a seleção deste trabalho, mas as orientações e segundo a Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais (2010) as crianças encaminhadas devem vir de uma demanda de serviços da proteção social especial:

“Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; Crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC; Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda; Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos e com dificuldades para manter” (p.11).

No contexto do neoliberalismo, ocorre a redução do Estado, que transfere suas responsabilidades para a sociedade civil, tornando as políticas públicas seletivas e focalizadas, sobrecarregando as famílias no exercício de suas funções. No entanto, é papel do Estado apoiar as famílias no desenvolvimento de suas atribuições, como estabelece a Constituição Federal de 1988 “art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

Alencar (2006, p.64) afirma que:

Daiane Alves Moreira. Relato de uma intervenção realizada junto a um Centro de Convivência da Criança e do Adolescente. 21

“o Estado não pode simplesmente devolver para a família a responsabilidade com a reprodução social, sobrecarregando-a com encargos que são de responsabilidade do poder público (...) a família deve se tornar referência central nos programas sociais, ganhar um lugar de maior visibilidade política, tornando-se alvo de políticas que realmente levem em consideração as novas configurações da questão social no Brasil”.

Buscando conhecer o contexto social em que a instituição estava inserida, percebemos que os profissionais não sabiam ou não queriam informar a história e o planejamento realizado anualmente, mas a primeira coordenadora descreve que o público atendido vem de famílias que os pais trabalham muito, geralmente em serviços agrícolas, como cortador de cana, ou famílias que dependem de auxílios financeiros tais como o Programa Bolsa Família.

Quanto ao seu funcionamento, identificou-se uma série de irregularidades começando pelo espaço físico e horário de funcionamento. Os portões que cercam o local se encontram quebrados, permitindo não apenas a passagem das crianças para rua, mas também, a entrada de outras pessoas. O prédio está desmoronando, tendo salas com infiltrações e rachaduras. Segundo a informação da própria coordenadora, houve o recebimento da verba, há mais de seis meses, para reforma do local e nada foi feito até então. Devido a estes e outros problemas as crianças sobem em cima do telhado, fogem ou saem mais cedo do local, brigam e discutem entre elas ou com funcionários.

Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993):

“art. 3. § 1º É dever da Assistência Social o respaldo das entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)”.

No início do ano de 2014, houve falta de funcionários por aproximadamente dois meses, ficando apenas duas cozinheiras, três encarregadas pelos serviços gerais, um professor de capoeira, uma monitora encarregada pelo transporte das crianças (da escola ao projeto) e a coordenadora. Após dois meses foi alocada uma professora de Artes. Este contexto é reflexo da precarização do Estado na materialização das políticas públicas, no entanto, se faz necessário encontrar possibilidades para disponibilização de um serviço de qualidade, dado que a assistência social é direito garantido em legislação:

“Art. 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

Mesmo com os problemas encontrados na instituição, o local se tornou uma extensão da casa desses jovens, no qual repetiam alguns conflitos familiares e escolares, como, por exemplo, o temperamento impulsivo, desafiador e intolerante a frustrações, associado à sensação de abandono, falta de limites e inabilidades no manejo social. Pinheiro e Teixeira (2011) relatam que, atualmente, há uma grande dificuldade no estilo de criação dos filhos, pois, os pais não conseguem cumprir seu papel de educá-los e acabam não tendo autoridade ou envolvimento com a criança.

Apesar de o trabalho ter o intuito de realizar orientações aos funcionários, houve a necessidade de orientar uma mãe, no sentido de acolhê-la e encaminhá-la. Esta mãe procurou o programa pedindo ajuda, pois sua filha, uma adolescente de 12 anos de idade, estava se prostituindo.

Observou-se através de seu relato que ela se sentia perdida na criação da filha, dizendo que não sabia mais o que fazia com a menina e como educá-la. As orientações partiram do fato de que o diálogo sobre a sexualidade, juntamente com a afetividade dos pais, é imprescindível na formação sexual das crianças, pois, segundo Calligares (2005, apud PINHEIRO e TEIXEIRA, 2011) a origem da prostituição se encontra, não apenas no ambiente, mas também em um significante, que diz respeito “à passagem pela castração”.

Os autores ainda discutem Calligares (2005) acrescentando que o mesmo “refere-se ao fato primeiro da passagem “puta” que toda menina tem que fazer em seu complexo de Édipo e castração, em que trair o pai a favor de outro homem e de seu equilíbrio psíquico torna-se fundamental” (PINHEIRO E TEIXEIRA, 2011 p.02). A adolescente e sua família foram encaminhadas à Secretaria de Assistência Social, uma vez que o município não possui um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), o que seria mais indicado para tal encaminhamento, conforme as especificidades deste Centro.

Nota-se, até mesmo nos casos de prostituição infanto-juvenil e de agressividade encontrados neste local, a necessidade que estes jovens possuem de serem acolhidos e amparados, na busca de alguém capaz de conter seus impulsos destrutivos. Winnicott (2012, p.93) já dizia que “amor e ódio constituem os dois principais elementos a partir dos quais se constroem as relações humanas. Mas amor e ódio envolvem agressividade. Por outro lado, a agressão pode ser um sintoma de medo”.

Ao estar cotidianamente com esses jovens e dialogar com eles sobre os diversos assuntos, como sexualidade, raiva, afeto, família, relacionamento, escola e amizades, foi possível perceber aquilo que Winnicott (2012) pontuava sobre o fato de a criança ter a necessidade de ter uma fonte de amor, confiança e de alguém que se posicione com autoridade para que ela se sinta segura, tendo ao seu lado alguém capaz de orientar sua espontaneidade e agressividade, e que, caso não possam ser esta fonte, esta irá procurar num outro quadro de referências alguém que ajude a contê-la, podendo desenvolver, por consequência, comportamentos antissociais.

Diante de todo o exposto, é preciso salientar que ao participar do cotidiano do local, nos deparamos com a falta de preparo dos funcionários ao lidarem com essas situações. Observou-se então uma grande necessidade em proporcionar primeiramente uma organização institucional, buscando encorajar a coordenação a lutar por mais funcionários e por melhorias na estrutura física do local, podendo a partir daí oferecer um ambiente estruturalmente mais adequado. Mansano (2003) mais uma vez pontua que através da Análise Institucional procuramos acolher tais demandas, resgatando a experimentação do novo e uma maior participação enquanto agentes de transformação de uma realidade social.

É dever da gestão municipal disponibilizar estrutura adequada e capacitação aos trabalhadores do SUAS, conforme a NOB-RH/SUAS (2006)

“Oferecer condições adequadas de trabalho quanto ao espaço físico, material de consumo e permanente [...] Participar na formulação e execução da Política Nacional de Capacitação preconizada na competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, com objetivo de contribuir para a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços, programas, projetos e benefícios, observando as peculiaridades locais, os perfis profissionais, a territorialidade e o nível de escolaridade dos trabalhadores, com base nos princípios desta NOB-RH/SUAS”.

Delvan et al. (2002 apud Macarini et al. 2009, p.232) destaca que “um dos papéis do psicólogo inserido na instituição de educação infantil consiste justamente em mediar a relação com a

família, trazendo questões que favoreçam o estabelecimento de uma comunicação constante e frequente”. O papel do psicólogo nestas áreas é de construir um espaço onde se possa mediar as relações estabelecidas pela instituição, às famílias e as crianças e adolescentes nelas inseridas. O psicólogo deve buscar conhecer a realidade das crianças e adolescentes através de visitas domiciliares, trazendo ao espaço de trabalho um novo olhar sobre a realidade, onde se possa discutir através de reuniões ou mesmo no cotidiano essa contribuição sobre a dinâmica familiar e o desenvolvimento infantil que passam as nossas crianças. (MACARINI et al. 2009, p.232)

“Assim, verifica-se que o psicólogo não necessita atuar somente diante das dificuldades que surgem, mas também na prevenção de possíveis riscos e problemas relacionados ao desenvolvimento infantil, bem como na potencialização de fatores que se constituem como proteção para o desenvolvimento das crianças”.

Posteriormente, foi possível realizar capacitações aos funcionários e momentos de escutas individuais, com a finalidade de orientá-los e acolhê-los em diversas situações de seu cotidiano. Por meio de seus relatos e de observações realizadas, notou-se que muitas crianças se locomovem sozinhas todos os dias para o Centro de Convivência, porque ali elas podem fazer suas refeições diárias e encontram no espaço um lugar onde são acolhidas, mesmo com todos os problemas ocorridos por falta de funcionários e deficiências na estrutura do prédio.

Assim, foram realizadas reuniões quinzenais com todos os funcionários, onde cada um levava suas dificuldades. Os principais temas discutidos foram sobre a falta de respaldo dos outros setores, como Conselho Tutelar e Secretaria de Assistência Social, os problemas de prostituição infanto-juvenil, puberdade, o desamparo vivido pelas crianças e adolescentes e a agressividade. Com o passar das reuniões os próprios funcionários relatavam a importância em serem acompanhados e que procuravam colocar em prática o que aprendiam durante os encontros. Coimbra e Nascimento (2008) retrata que a proposta de analisarmos nossas intervenções ou nossas ações, é uma forma de pensarmos sobre, “não é dada a priori por meio de um esclarecimento “objetivo” saído da manga de um mágico, surge na crise, na contradição, na luta e não na ginástica “dialética” sobre o papel em branco” (LOURAU, 1979 apud COIMBRA e NASCIMENTO, 2008 p.34)

Por meio destes encontros, os funcionários passaram a construir uma nova visão da instituição e de seu papel, pontuando acontecimentos diários nos quais poderiam melhorar seu relacionamento com os jovens, como por exemplo, “a hora do banho”, onde é realizada antes do almoço e supervisionada por uma funcionária. Como já mencionado, a estrutura do prédio se encontra inadequada, e um dos lugares do qual isto se torna evidente são os banheiros, pois possuem apenas a porta principal que separa o banheiro do refeitório, fazendo com que as crianças tomem banho todas juntas. Antes das reuniões uma funcionária ficava dentro do banheiro para supervisionar as meninas e estas se mostravam agressivas com ela, por se sentirem envergonhadas e perdendo sua privacidade.

Tais adolescentes estão entrando na puberdade, da qual Outeiral (1994) define como um processo biológico que se inicia por volta dos nove e quatorze anos, e se caracteriza pelo surgimento de atividades hormonais, desencadeando os caracteres sexuais secundários. Na adolescência, o indivíduo passa por um processo de crescimento, em resumo, adolescência significa um indivíduo apto a crescer (não apenas no sentido físico, mas também psíquico) e adoecer (em termos de sofrimento emocional, com as transformações biológicas e mentais que operam nesta faixa da vida).

Estas questões foram discutidas em reuniões, procurando refletir e criar estratégias que permitissem que as meninas tivessem mais privacidade. Ao fazer esse movimento a funcionária pode notar a importância desse espaço e passou a mudar seu comportamento, se sentindo melhor e percebendo que a agressividade das adolescentes havia diminuído com relação à ela.

Outerual (2008) ainda relata que na adolescência o indivíduo passa por um processo de separação\individuação e substituição do vínculo de dependência simbólica com os pais da infância por relações objetais de autonomia plena. Portanto, disponibilizar aquele momento individual, é proporcionar também que o adolescente construa sua autonomia.

No começo do ano de 2014, no regresso dos funcionários, foi preparado um encontro com a finalidade de falarmos sobre a importância de cada membro e discutirmos a sua função enquanto cuidadores de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Além de discutirmos sobre estas questões, foi inserido o tema “Família e o desenvolvimento de crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade”. Todos participaram do momento trazendo suas experiências, dificuldade e reflexões sobre o assunto levantado. Foi possível notar que depois deste encontro, os funcionários puderam, mesmo que minimamente, olhar para seu trabalho e para as crianças de forma diferente, abrindo um espaço de diálogo entre eles e os jovens:

“Isso significa que todo aquele que cuida de uma criança deve conhecê-la e trabalhar com base numa relação viva e pessoal com o objeto de seus cuidados, e não aplicado mecanicamente um conhecimento teórico. Basta estarmos sempre presentes, e sermos coerentemente iguais a nós mesmos, para proporcionarmos uma estabilidade que não é rígida, mas viva e humana, com a qual o bebê já pode sentir-se seguro. É em relação a isso que o bebê cresce, e é isso que absorve e copia.” (WINNICOTT, 2012 p.45).

Partindo deste pressuposto, o mesmo deve acontecer com os funcionários. Necessita-se de um ambiente estável e aberto para diálogo e acolhida das dificuldades enfrentadas no cotidiano, oferecendo também, continência aos cuidadores. Cuidar de uma criança e/ou adolescente não envolve apenas estar presente fisicamente, mas exige de seu cuidador disponibilidade interna. É necessário “desejar”. Assim como é preciso que uma mãe na gestação do filho o deseje e o idealize, formando sua estrutura psíquica, os funcionários precisam estar atentos às crianças.

Em reuniões com a coordenadora da instituição, acerca da necessidade de receber subsídios para construção de um novo espaço, do qual necessitaria de novos funcionários, decidiu-se buscar apoio dos órgãos responsáveis pelo exercício do direito das crianças e adolescentes, mais especificamente o conselho tutelar, o que se mostrou indispensável, uma vez que os gestores responsáveis pelo monitoramento da instituição não realizavam suas funções adequadamente.

Ao relatar sobre as irregularidades já mencionadas acima, as conselheiras tutelares entraram em contato com os responsáveis do setor administrativo da prefeitura local, para que a instituição fosse regularizada. Também foi necessário que a coordenadora da instituição se inteirasse sobre as leis regulamentadoras de projetos sociais e de garantia de direito das crianças e adolescentes, baseando-se diretamente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O intuito deste acompanhamento foi de possibilitar a ampliação do olhar profissional, não apenas nas questões estruturais do local, mas também na busca de melhorias do atendimento.

Na busca por aproximação da rede, procurou-se convidar novamente as conselheiras tutelares para que estas pudessem informar as instituições, projetos sociais e escolas do município, das atribuições de seu serviço, visando efetivar e dar respaldo as denúncias de abuso infantil e maus tratos realizadas contra os menores. Segundo as mesmas havia muita negligência com relação

às denúncias, devido à falta de responsabilização de profissionais e ao medo de serem reconhecidos pelos agressores. Mesmo assim vale lembrar que “o Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei (ECA)”.

O artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente descreve que o Conselho Tutelar em sua autonomia deve combater tudo o que ameaça e viola os direitos das crianças e adolescentes, através das medidas de proteção, requisitando serviços públicos e a representando os pais ou responsáveis ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e da Juventude.

Por fim, percebendo a necessidade de um trabalho qualificado na garantia de direitos das crianças e adolescentes, através do apoio do Conselho Tutelar, foi incentivado e articulado um trabalho em rede, levando-se em consideração as normativas contidas nas Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos (BRASIL, 2009). Estas orientações ressalvam a articulação com outras políticas públicas, em especial o Serviço de Proteção Social Básica, referenciado ao CRAS e articulado ao trabalho com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento à Família (Paif) e o trabalho desenvolvido pelo CREAS. Tal serviço busca atender, quando necessário, às famílias e/ou indivíduos em situação de risco pessoal e social decorrentes de abandono, maus-tratos, abuso sexual, situação de rua, prática de ato infracional, exploração do trabalho infantil e inúmeras outras, apontando para o atendimento especializado. Assim, entendemos que o trabalho agora estaria caminhando para uma prática mais efetiva e integrada, podendo se fortalecer e, de fato, atender aos menores naquilo que necessitam e compete ao projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é a base da construção de um desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Percebeu-se através dos acompanhamentos realizados no Centro de Convivência que tanto os profissionais quanto as famílias desconhecem a importância de suas funções, uma vez que a sociedade tem mudado seu padrão de educação.

A princípio, o intuito deste trabalho se baseava em uma intervenção com as crianças e adolescentes do Centro de Convivência, mas, posteriormente, verificando as condições em que se encontrava a instituição, foi necessário iniciar o trabalho de análise e intervenção junto aos colaboradores, visto que ficaram claramente explícitos a falta de respaldo e o despreparo dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho e falta de fiscalização dos responsáveis pela garantia de direitos das crianças e dos adolescentes. Percebeu-se também a falta de continuidade do trabalho dos profissionais e falta de empenho dos gestores em desenvolver ações no local buscando quebrar esse ciclo de vulnerabilidade e risco social. Investir em algo é proporcionar não apenas questões materiais, mas disponibilizar espaço físico e psicológico para que o outro possa se desenvolver de forma saudável.

Entende-se que para garantir esse desenvolvimento saudável a que nos referimos, faz-se necessário que Família, Sociedade e Estado andem juntos, com o intuito de buscar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Tais famílias se encontram em uma condição de extrema vulnerabilidade social, não sabendo como educar seus filhos, uma vez que esses pais trazem uma história que vai além das definições de vulnerabilidade e risco social já

mencionado anteriormente. Tais questões envolvem não apenas a desigualdade social econômica, mas também questões como:

“a liberdade sexual, a intolerância com as diferenças, o racismo, a corrupção, o tráfico de drogas, o trabalho escravo, o desemprego, a fome, a miséria, a violência, o terrorismo e as guerras para a manutenção do capitalismo desumano [...], que exigem intervenções terapêuticas cada vez mais inovadoras” (NERY e COSTA, 2008 p.242 apud LOPES e RUMIN, 2008 p.03)

Portanto, é imprescindível o funcionamento fiel das políticas públicas e a união dos vários setores inseridos nos municípios, sendo eles: saúde, educação, assistência social, esporte, cultura e lazer, oferecendo suporte e permitindo às famílias acesso a seus direitos e deveres. Mas como os municípios poderão oferecer subsídios se aparentemente também se encontra desorganizados?

Para finalizarmos deixamos aqui uma frase de Deleuze (1996 apud Coimbra e Nascimento, 2008 p.04), onde nos possibilita pensar no trabalho dos profissionais tanto da psicologia quanto daqueles que se colocam a cuidar de crianças e adolescentes, principalmente na rede pública: “cuidávamos estar perto do porto, mas somos lançados em pleno mar alto.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, M. M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 90 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. *Política Social, família e juventude: uma questão de diretos*. São Paulo: Cortes, 2006.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. *Projetos Pedagógicos na Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BLEGER, J. *Psico-higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre: Artmed, 1984.

BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. *Relatórios de Informações Sociais*. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 08 abr. 2014.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei n.8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 08 abr. 2014.

BRASIL. Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em: 01 dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS*. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS*. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS*. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Consulta Pública ao Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015*. Brasília. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20514:consulta-publica-ao-relatorio-educacao-para-todos-no-brasil-2000-2015&catid=454&Itemid=164>. Acesso em: 11/07/2015.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. *Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder*. In: GEISLER, A. R. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. (Orgs.). *Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde*. Niterói: EDUFF, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/analise.pdf>>. Acesso em: 14 jul. de 2015.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, v.17, n.36, p.21-32, 2007.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In: DESSEN, M. A.; COSTA JÚNIOR, A. L. (Org.) *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed, 2005. (p. 132-151)

DIAS, L. S. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas. *Educação & Sociedade*, v.25, n.86, p.206-262, 2004.

GUIRADO, M. Psicologia Institucional: o exercício da psicologia como instituição. *Interação em Psicologia*, v.13. n.2, p. 323-333, 2009.

JANCZURA, R. Risco ou Vulnerabilidade Social? *Textos & Contextos*, v.11, n.2, p.301-308, 2012.

KAPPEL, M. D. B.; CARVALHO, M. C.; KRAMER, S. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. *Revista Brasileira de Educação*, n.16, p.35-47, 2001.

KASSOUF, A. L.; NUNES de ALMEIDA, A.; PONTILI, R. M.; RODRIGUES, F. A. *Análise das políticas e programas sociais no Brasil*. Brasília: OIT/Programa IPEC América do Sul, 2004. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/ipec/pub/dt182_319.pdf> Acesso em: 09 abr. 2014.

LORDELO, E. R.; CARVALHO, A. M. A. Educação infantil e psicologia: para que brincar? *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.23, n.2, p.14-21, 2003.

LOPES, A. B.; RUMIN, C. R. A autogestão nos serviços de assistência social: autonomia e promoção da saúde. *Omnia Saúde*, v.5, supl., p.01-16, 2008.

MACARINI, S. M.; MARTINS, G. D. F.; VIEIRA, M. L. Promovendo saúde e desenvolvimento na educação infantil: uma atuação da Psicologia. *Paidéia*, v.19, n.43, p.231-237, 2009.

MACEDO, M. M. K.; FALCAO, C. N. B. A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta. *Psychê*, v.9, n.15, p.65-76, 2005.

MANSANO, S. R. V. Análise Institucional: relato de uma experiência com jovens. *Psicologia em Revista*, v.10, n.14, p.155-160, 2003.

MEZZAROBA, O.; FEITOSA, R. J. R.; SILVEIRA, V. O.; SÉLLOS-KNOERR, V. C. *Direitos sociais e políticas públicas*. Curitiba: Clássica, 2014.

OLIVEIRA, V. L.; FILHO, H. B. *Famílias e Programas Sociais*. Disponível em: <<http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20IC/Virginia%20e%20Helio.pdf>>. 2005. Acesso em: 27 abr. 2015.

OUTEIRAL, J. *Adolescer*. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

PINHEIRO, F. L. G.; TEIXEIRA, L. C. *As flores de plástico não morrem: uma leitura psicanalítica da prostituição*. Disponível em: <http://www.psicanalise.ufc.br/hot-site/pdf/Trabalhos/29.pdf>. 2011. Acesso em: 13 dez. 2014.

SILVEIRA, A. A. D. A busca pela efetividade do direito à educação: análise da atuação de uma Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do interior paulista. *Educar em Revista*, n.spe2, p.233-250, 2010.

SAMPAIO, C. M. A.; SANTOS, M. S.; MESQUIDA, P. *Do conceito de educação à educação no neoliberalismo*. *Revista Diálogo Educacional*, v.3, n.7, p.165-178, 2002.

TAVARES, G. M. *Sobre olhares e práticas psicológicas na assistência social*. *Psicologia em Estudo*, v.19, n.3, p.449-457, 2014.

TELES, V. S. Questão social: afinal do que se trata? *São Paulo em Perspectiva*, v.10, n.4, p.85-95, 1996.

WINNICOTT, D. W. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ZIMMERMANN, C. R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, v.3, n.4, p.144-159, 2006.

ZUCCHETTI, D. T.; MOURA, E. P. G.; MENEZES, M. M. Projetos Socioeducativos: a naturalização da exclusão nos discursos de educadores. *Sociedade e Estado*, v.25, n.3, p.465-478, 2010.